

A velhice como questão social, frente ao capitalismo¹



Thaís Fernanda de Souza Oliveira

Juliana de A. F. Doronin

Para a discussão de velhice, faz-se necessário entendermos a diferença entre velhice e envelhecimento uma vez que possuem significados diferentes. Messy (1999, p. 23) aborda ambos os termos como processos distintos:

Se o envelhecimento é o tempo da idade que avança, a velhice é o da idade avançada, entenda-se, em direção a morte. No discurso atual, a palavra envelhecimento é quase sempre usada num sentido restritivo e em lugar da velhice. A sinonímia dessas palavras denuncia a denegação de um processo irreversível que diz respeito a todos nós, do recém-nascido ao ancião.

A velhice é uma etapa natural do processo vital, sendo entendida como uma fase da vida na qual, em consequência da alta idade cronológica, ocorrem modificações de ordem biopsicossocial que afetam a relação do indivíduo com o meio. Desta forma o termo velhice diz respeito ao ciclo da vida, traduzido em sucessão de estágios ou idades, e a repetição das experiências de

¹ Artigo decorrente de trabalho aceito e publicado na VII Jornada Internacional de Políticas Públicas com o tema: O Envelhecimento como Expressão da Questão Social diante do Capitalismo na Dicotomia entre: Ser Produtivo x Improdutivo. UFMA - Universidade Federal do Maranhão-(MA) de 22 a 25 de agosto de 2017.

desenvolvimento, geração após geração. Costa (1998, p. 26) também distingue envelhecimento e velhice:

Envelhecimento: processo evolutivo, um ato contínuo, isto é, sem interrupção, que acontece a partir do nascimento do indivíduo até o momento de sua morte [...] é o processo constante de transformação. Velhice: é o estado de ser velho, o produto do envelhecimento, o resultado do processo de envelhecer.

Desta forma o envelhecimento é considerado como um processo natural e inevitável, de decadência e declínio que antecede a morte, rodeado de muitas concepções falsas, temores, crenças e mitos. A imagem que se tem do envelhecimento e da velhice, ao longo da história, varia conforme a cultura, tempo e lugar, o que reafirma a ideia de que não existe uma concepção única ou definitiva da velhice, mas sim concepções incertas, opostas e variadas.

Ao final do século XIX, o capitalismo passa por relevantes mudanças, tanto em sua organização como na sua prática econômica, com modificações precisas na estrutura social e nas categorias políticas das sociedades, Segundo Netto (1996, p. 19), “trata-se do período histórico em que ao capitalismo concorrencial sucede o capitalismo dos monopólios, articulando o fenômeno global que, especialmente a partir dos estudos lenineanos, tornou-se conhecido como o *estágio imperialista*”.

A mudança mais relevante, nesta transição, foi a de que antes os mercados apenas concorriam entre si, na intitulada “lei da oferta e da procura” ou livre concorrência, já no capitalismo dos monopólios esses mercados irão se unir em grandes blocos econômicos com um único objetivo, o acréscimo de lucros por meio do controle dos mercados.

Sendo assim, o capitalismo monopolista restitui o poder à ordem burguesa com o seu caráter de exploração, alienação, concentração do capital e mais-valia, como apontados na crítica marxista. Dessa maneira o alicerce econômico da burguesia imperialista permaneceu baseado no modo de produção e exploração dos trabalhadores assalariados, ou seja, o embate capital e trabalho, burguesia e proletariado.

Na sociedade burguesa, quanto mais se desenvolve a produção capitalista, mais as relações sociais de produção se alienam dos próprios homens, confrontando-os como potências externas que os dominam. Essa inversão de sujeito e objeto, inerente ao capital como relação social, é expressão de uma história da auto alienação humana. (IAMAMOTO, 2007, p. 48)

O capitalismo monopolista trouxe mudanças na ordem econômica e política mundialmente, tais como: as taxas de lucro tendem a ser mais altas nos setores monopolizados; começa a diminuir o número de trabalhadores com a

inserção de novas tecnologias; aumento do exército industrial de reserva², entre outros, visando os superlucros da mais valia.

Além disso, uma característica do capitalismo imperialista é a nova intervenção do Estado, como salvaguarda da propriedade privada e dos meios de produção burgueses, e também como guardião das condições externas da produção capitalista e intervencionista na organização e nas ações econômicas, ou seja, as funções políticas do Estado se interligam com as funções econômicas.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções. (NETTO, 1996, p. 25)

Resultados e discussões



Buscamos ressaltar, seguindo esta linha de pensamento, que o capitalismo monopolista concebe condições ao Estado para buscar validação política, por meio de um jogo pretensamente democrático, infundindo, assim, na classe operária, o interesse e reivindicações instantâneas em suas demandas. Este procedimento é pressionado não só pela imposição dos monopólios, mas pelos conflitos que estes fazem nascer em toda a sociedade pós-revolução.

O Estado, então, nesse período agiria no sentido de propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista, assim, a preservação e controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente torna-se função estatal de primeira ordem. Para ganhar legitimidade diante das correlações

² [...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna por sua vez a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (Karl Marx 1979, apud Souza s/d). Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/viewFile/1304/882>>. Acesso em: 08/08/16

de forças que se estabelece na contradição entre capital e trabalho, o Estado capturado pelo monopólio abre-se as demandas das classes subalternas, e passa a intervir nas sequelas da questão social, pondo-a como alvo de políticas sociais. (TOMAZ, 2013, p.2)

Todavia, nota-se que é na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo dos monopólios, perante as condições de forte concentração de capital e crescente capacidade produtiva das empresas, devido às inovações tecnológicas, o acirramento da luta de classes e o fortalecimento do movimento operário, do qual aflora a questão social.

Por “questão social” no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a “questão social” está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e o trabalho. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p.21, citado por NETTO 1996 p. 13)

Percebe-se que a questão social se explicita pelo conjunto de desigualdades sociais, formada pelas relações sociais estabelecidas no capitalismo. Historicamente, a questão social está completamente ligada à questão da exploração da força de trabalho, à mobilização da classe operária na luta pelo apoderamento da riqueza social.

Assim, os primeiros grupos do proletariado urbano iniciam, aos poucos, sua organização como classe trabalhadora, por meio de sindicatos e partidos proletários, com mobilizações e lutas requerendo e alcançando melhores condições de trabalho e proteção social. Foi por meio da ação organizada que os trabalhadores e suas famílias alcançaram a esfera pública, colocando suas exigências e demandas na agenda política.

Tem início, neste contexto, a ação do Estado intervencionista, que procura efetivar um pacto entre interesses do capital e dos trabalhadores. Porém, só após a 2ª Guerra Mundial, com a implantação do ‘Estado de Bem-Estar Social’ que se consolida o sistema de seguridade social, que se configura através de um conjunto de programas de proteção contra o desemprego, a doença, a morte do provedor da família, a velhice, a dependência por algum tipo de deficiência e os acidentes. Deste modo, o Estado de Bem-Estar Social foi definido pela incumbência do Estado pelo bem estar de seus integrantes.

Na conjuntura brasileira, encontramos a Lei Eloi Chaves (1923), a legislação pioneira de um sistema público de proteção social, através da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), sistema este que garantia de pensões, aposentadoria, assistência médica e farmacêutica aos trabalhadores, na lógica do seguro social.

Os sistemas de previdência social (aposentadoria e pensões), por seu turno, não atendem apenas a estas exigências: são instrumentos para contrarrestar a tendência ao subconsumo, para oferecer ao Estado massas de recursos que doutra forma estariam pulverizados (os fundos que o Estado administra e investe) e para redistribuir pelo conjunto da sociedade os custos da exploração capitalista-monopolista da vida útil dos trabalhadores, desonerando os seus únicos beneficiários, os monopolistas. (NETTO, 1996, p. 31)

Indicamos até aqui que a questão social emerge na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo de monopólios, a qual suas expressões são pertinentes às contradições e conflitos expressos pelas relações sociais de desigualdade estrutural devido a este sistema, a ponto de abrir acesso para o Estado intervir nessas contradições através de um “jogo democrático”. Para Netto (1996) o Estado age como um aparelho de arranjo da economia, assim fazendo-nos acreditar que a frente da luta pela classe subalterna por meio das políticas sociais, para o atendimento das necessidades sociais básicas, porém na verdade o Estado está operando a favor do capitalismo monopolista.

[...] o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (NETTO, 1996, p.26)

No entanto, em meados dos anos de 1970 ocorre uma reordenação da questão social e suas expressões em virtude das transformações que ocorreram no capitalismo contemporâneo, e que trouxeram mudanças no mundo do trabalho e na sociedade.



É neste contexto que iremos abordar o envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social, pois o envelhecimento é considerado uma problemática social no sistema capitalista, tendo em vista que a pessoa idosa perde a sua “utilidade” para o sistema, por conta de sua idade.

Assim, o homem, nesse sentido, não é mais do que o ser produtor de mercadorias e ganhador de dinheiro, os ‘direitos’ elementares da sua existência, até a ‘integridade’ de sua vida e do seu corpo, só podem ser possuídos na medida em que tenha alguma coisa, ou, no mínimo, ele próprio [...] para vender, ou seja, tenha, por seu lado, capacidade de pagamento. Perdendo a condição

de economicamente utilizável e a funcionalidade, os trabalhadores velhos não são, em princípio, sujeitos de direitos. Sua luta é uma afirmação da condição de homem no sentido pleno do tempo, de humano. (TEIXEIRA, 2009, p. 67-68)

Envelhecer no sistema capitalista é ser considerado improdutivo, ter seu tempo de vida submisso ao tempo de trabalho, e a sua valorização baseada em um modo de produção capitalista explorador, pois se não está acumulando lucro com a sua força de trabalho, não se tem valor, como reforçam Muniz e Barros, (2014, p.110).

Ao trabalhador velho lhe é imputado um estigma o qual é reproduzido pelo sistema capitalista. Com a aposentadoria, o idoso já não mais vende a sua força de trabalho e ainda que retorne ao mercado, não contribui com processo de acumulação na mesma intensidade de antes, dessa forma, o velho torna-se improdutivo para o capital.

Verifica-se que há uma junção de elementos negativos ligados à velhice que ultrapassam séculos, no entanto, nos dias atuais com tantos avanços tecnológicos na área da medicina, beleza e cosméticos para retardar a aparência envelhecida, estes pensamentos negativos ainda se fazem presente, tornando esta fase da vida como a mais temida e odiável pela maioria das pessoas. Segundo Shneider e Irigaray (2008, p.3):

As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital.

Como consequência, uma dura realidade deve ser enfrentada quando se é velho, pois esta concepção atribui alguns estereótipos sociais de linguagem como: “ultrapassado”, “fora da moda”, “antigo”, “gasto pelo tempo” etc. Conotações como estas nos indica o quanto o processo de envelhecimento é complexo, rejeitado e temido, revelando-nos a presença de preconceitos da sociedade com esta etapa da vida.

Conclusão

Desta forma a sociedade capitalista atribui ao idoso como um ser que não possui mais utilidade, devido não colaborar mais com o processo de acumulação de riqueza, lógica que transforma as pessoas em mercadorias, e os idosos em mercadorias desvalorizadas e descartáveis.

Hoje, nas sociedades industriais, a estrutura familiar rompe-se, pois os membros das famílias precisam passar parte essencial de suas vidas no mercado de trabalho, o que agrava a rejeição às pessoas idosas - que não são mais produtivas - pois não há ninguém para se ocupar delas, que perdem também seu espaço na família e, assim, acabam excluídas deste espaço íntimo de pertencimento (VELLAS, 2009).

Assim, nesta etapa da vida, devido ao processo de exploração do capitalismo, o idoso tem o sentimento de perda do seu valor de produção para a sociedade, se autocondenando por não ter mais “utilidade”, acreditando ter perdido seu papel social, familiar e profissional, pensamentos que o fazem se afastar do meio em que vive, por serem julgados como improdutivo e impotente. Por outro lado, existe uma parcela de idosos que permanece no sistema produtivo, que trabalha em situações desumanas, sem registro em carteira, são os chamados trabalhadores “informais”, que exercem funções de vendedores de ‘porta em porta’, ambulantes, vendedores de sorvetes, com seus ‘carrinhos de mão’, entre outras ocupações igualmente sem valor social.

Esta é uma saída para aumentar a renda e conseguir manter a família e seus gastos com medicamentos, já que a aposentadoria não é suficiente. O trabalhador idoso é ainda considerado arrimo³ de família, indicando que “para uma parcela ainda expressiva da nossa sociedade, o trabalho continuado, mesmo depois da aposentadoria tem várias motivações” (NERI, 2005, p.57).

A realidade do trabalhador idoso é marcada pelo não reconhecimento das suas potencialidades, como a experiência e a riqueza de sua vivência, sua realidade é fortemente caracterizada pelo estigma e preconceito. Desta forma, o idoso que não consegue trabalho formal, acaba por se sujeitar a informalidade como forma de possibilitar sua sobrevivência ou de contribuir na renda familiar. A partir das intensas transformações ocorridas com a reestruturação produtiva e a inserção das políticas neoliberais, é possível visualizar, com frequência, inúmeros idosos que trabalham informalmente em diversos segmentos, que vão desde os serviços temporários e sem vínculos empregatícios a outras atividades exercidas em casa ou na rua (MUNIZ; BARROS, 2014, p.112).

³ Significa a pessoa que sustenta a família, muitas vezes sendo a única que trabalha. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/arrimo/>> acesso: 09/08/16.

Deste modo o envelhecimento em seu papel social, como a 'melhor fase da vida', 'idade do prazer', do 'lazer', das 'realizações', do 'bem viver', em vista do que foi mencionado seria realidade apenas para os idosos com boa condição financeira, já para os pobres, e considerados como improdutivos, restam à realidade de uma velhice de carências e fragilidades que ocasionam depressão, solidão, exclusão e isolamento, características que podem ser constatadas no processo de envelhecimento da classe trabalhadora.

Observa-se neste panorama, o modo desumano no tratamento recebido pelos idosos, deixados à própria sorte na sociedade industrial, considerada de desenvolvimento e de crescimento, mas que é também destruidora do amparo familiar e dos valores essenciais.

Tendo em vista os aspectos observados, entende-se que as mudanças trazidas pelo capitalismo na estrutura social, resultaram no acirramento da questão social e suas expressões, que modificaram o mundo, principalmente na questão do trabalho, no qual o envelhecimento passou a ser visto como improdutivo. A sociedade capitalista não percebe o ser humano na sua subjetividade, mas sim como uma máquina produtiva e lucrativa que quando não possui mais capacidades de gerar lucros é desvalorizado e deixado de lado.

Referências

COSTA, E. M. S. *Gerontograma: a velhice em cena – estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade*. São Paulo: Ágora, 1998.

IAMAMOTO, M. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MESSY, Jack. *A pessoa idosa não existe*. Uma abordagem psicanalítica da velhice. São Paulo: Aleph, 1999.

MUNIZ, T.S.; BARROS, A. O trabalhador Idoso no Mercado de Trabalho do Capitalismo Contemporâneo. *Cadernos de graduação*. Maceió v.2, n.1, p.103-116, maio 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/download/1079/793>. Acesso em: 19 Jun. 2016.

NERI, A. L. *Palavras chaves em gerontologia*. Campinas: Alínea, 2005.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 2 Ed. São Paulo, Cortez 1996.

SCHNEIDER, R.H.; IRIGARAY, T.Q. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Revista Estudos de*

Psicologia. Campinas: 25(4) pp 585-593 – outubro/ dezembro 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>. Acesso em: 25 Mai. 2016.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências da formas de proteção social na sociedade brasileira. *Argumentum*, Vitória, v.1, n.1, p.63-77, Jul./Dez. 2009. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3989366.pdf>> .Acesso em: 23 de Jul. 2016.

TOMAZ, M. A. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. *Anais VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís, 2013. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo5-pobrezaepoliticaspUBLICAS/aquestaosocialnocapitalismo-umaanalisedoseuconceitonacontemporaneidade.pdf>> Acesso em: 11 de Jun. 2016.

VELLAS, P. *As oportunidades da Terceira idade*. Maringá: UEM, 2009.

Data de recebimento: 15/06/2017; Data de aceite: 08/07/2017

Thaís Fernanda de Souza Oliveira. Assistente Social (UNESPAR/Paranavaí-Brasil). E-mail: thaisoliveiranan@hotmail.com

Juliana de A. F. Doronin. Doutoranda em Ciências Sociais (PUC-SP), professora colaboradora do curso de Serviço Social (UNESPAR/Paranavaí-Brasil) e orientadora deste trabalho. E-mail: julianadoronin@hotmail.com